

Crise das licenciaturas e desvalorização salarial: o desmonte que o governo Ratinho Jr. insiste em esconder

Numa postagem oficial, a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti) anuncia pomposamente o “Seminário Estadual de Coordenações de Cursos de Graduação do Paraná”, prometendo “fomentar um espaço de diálogo” e buscar a “excelência do ensino superior paranaense”. Mas não se enganem: por trás dessa cortina de fumaça institucional, o que temos é mais uma manobra do governo para fugir do debate central e ocultar suas responsabilidades diretas no colapso das licenciaturas e na destruição da carreira docente no Paraná.

A crise das licenciaturas não surgiu do nada. Ela é resultado direto de anos de políticas deliberadas de arrocho salarial, precarização do trabalho e sucateamento da educação pública – políticas que o governo Ratinho Jr. não apenas manteve, mas aprofundou. As universidades públicas e os sindicatos da categoria denunciam essa situação há anos. Mas o governo finge que não ouve. Prefere organizar seminários vazios enquanto fecha os olhos para o óbvio: a crise das licenciaturas tem o governo como um dos seus principais responsáveis.

O declínio acentuado da procura pelos cursos de licenciatura, a evasão crescente e a desmotivação generalizada entre estudantes e profissionais não são fenômenos isolados, são sintomas claros de uma política educacional que desvaloriza, humilha e expulsa seus próprios trabalhadores. Como esperar que jovens escolham a docência quando veem professores sobrecarregados, mal pagos, desrespeitados e sem perspectiva de carreira? Como falar em “formação de excelência” quando o governo nega aos educadores as condições mínimas de dignidade profissional?

O governo Ratinho Jr. fala de educação, mas pratica o desmonte

A Seti organiza seminários sobre “aperfeiçoamento da formação docente”, mas não diz uma palavra sequer sobre o arrocho salarial brutal que impôs às universidades estaduais. A Secretaria da Educação (Seed) permanece em silêncio criminoso diante da precarização crescente da carreira e das condições de trabalho nas escolas. E enquanto isso, o essencial – a valorização real e concreta da carreira docente – continua deliberadamente fora da agenda governamental.

O resultado dessa política é previsível e devastador: manutenção do arrocho salarial, esvaziamento do magistério, perda de atratividade da profissão, crise profunda das licenciaturas e enfraquecimento irreversível da escola pública. E o pior: tudo isso é feito com plena consciência. Não é negligência – é projeto político.

Os dois mandatos de Ratinho Jr. foram marcados por ataques sistemáticos à categoria docente. Quase 50% de arrocho salarial acumulado, condições precárias de trabalho e aviltamento de orçamentos e autonomia das universidades provocam desestímulo generalizado e adoecimento. No caso da educação básica, o resultado tem sido afastamento de novos profissionais e sobrecarga insuportável para quem ainda resiste na atividade docente. Esse é o legado do governo: professores exaustos, desmotivados e desvalorizados, enquanto a propaganda oficial insiste em falar de “excelência” e “inovação”.

Militarização, terceirização e mercantilização: a educação como negócio

O governo do Paraná consolidou um modelo de gestão perverso que combina retórica modernizadora com práticas autoritárias e mercadológicas. Sob o falso pretexto de “eficiência”, militariza escolas, terceiriza funções administrativas essenciais e mantém o maior percentual de professores com contrato temporário do país, negando estabilidade e direitos básicos a milhares de profissionais. Enquanto isso, distribui generosamente recursos públicos para militares da reserva fazerem bico nas escolas – pagando R\$ 5.500 por mês a esses monitores, mais do que o piso nacional do magistério (R\$ 4.867,77) – e terceiriza o trabalho de secretários escolares para empresas privadas. Ou seja: há dinheiro, sim. Mas esse dinheiro não vai para quem deveria receber – os professores e trabalhadores da educação. Ele vai para militares da reserva e para o bolso de empresários – que ainda se locupletam com isenções e incentivos fiscais.

Essa política não é fruto de incompetência ou descuido. É um projeto deliberado de desresponsabilização do Estado e de mercantilização da educação pública. O governo trata a educação como área de investimento em ações pontuais de baixíssimo custo, ineficazes ou prejudiciais, mas aparentemente impactantes e eleitoralmente convenientes – os casos mais notórios são as escola cívico-militares – com a militarização dos inspetores e parte da direção – e a terceirização da administração em inúmeras escolas. São medidas de fachada, feitas para render manchete e voto, enquanto o essencial – salários dignos, condições de trabalho adequadas, plano de carreira atrativo – segue ignorado.

Licenciaturas em crise: culpa de quem?

Ao tratar a crise das licenciaturas apenas como tema de gestão acadêmica, o Seminário organizado pela Seti evita deliberadamente discutir suas causas estruturais: a desvalorização salarial, o desprestígio social do magistério e o sucateamento das universidades estaduais. O que se apresenta como debate técnico é, na verdade, um simulacro de diálogo que busca ocultar o desmonte em curso e eximir o governo de suas responsabilidades.

Sem tratar do desmonte da educação básica, do arrocho salarial e da permanente violação da autonomia universitária – eis aí o Meta-4, as encomendas governamentais, as emendas parlamentares –, este Seminário tem tudo para se tornar um simulacro de diálogo. Falar em “excelência no ensino superior” sem enfrentar o arrocho salarial e as condições concretas de trabalho é enganação pura. É propaganda enganosa. É desrespeito com a categoria e com a sociedade paranaense.

Enquanto o governo não assumir o compromisso político de reverter imediatamente o arrocho salarial, melhorar os planos de carreira e investir seriamente na formação continuada e nas condições de trabalho dos professores da educação básica e do ensino superior, qualquer discussão sobre a crise das licenciaturas será mero exercício retórico, vazio de conteúdo e de compromisso real.

O que o Paraná precisa de verdade

O que o Paraná precisa não é de propaganda enganosa, de seminários em resorts, de militarização de escolas ou de terceirização da gestão escolar. O que o Paraná precisa é de políticas efetivas de valorização docente e de reconstrução da educação pública – construídas com a participação real e ativa das universidades, dos profissionais da educação, dos sindicatos e das entidades estudantis.

É preciso:

- Reversão imediata do arrocho salarial acumulado nos últimos anos;
- Fim da precarização através de contratos temporários e terceirizações, com realização de concursos públicos para provimento de todas as vagas;
- Investimento real e robusto nas universidades estaduais, garantindo orçamentos de custeio adequados e estrutura de qualidade;
- Na educação básica, elevação salarial, melhoria das condições de trabalho, concurso público, implantação de planos de carreira atrativos, que valorizem a formação continuada e o tempo de serviço;
- Participação democrática dos trabalhadores, sindicatos e entidades estudantis nas decisões sobre política educacional.

Enquanto o governo Ratinho Jr. não assumir esse compromisso de forma concreta, toda sua retórica sobre “excelência” e “aperfeiçoamento” será apenas propaganda vazia. A categoria docente não aceita mais discursos bonitos e promessas ineficazes. Exigimos ação e valorização real da categoria. Exigimos educação pública de qualidade, com professores valorizados e boas condições de trabalho. E não vamos parar de cobrar até que isso se torne realidade.